

FRANÇA E CHILE: UMA ANÁLISE SOBRE AS TRANSFORMAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

VINICIUS BARBOZA¹; SOFIA ISABEL VIZCARRA CASTILLO³

¹Universidade do Vale do Rio dos Sinos – viniciusbarboza8991@gmail.com

³Universidade do Vale do Rio dos Sinos – SVIZCARRACAS@unisinos.br

1. INTRODUÇÃO

A sociedade civil global tem cada vez mais mostrado sua força nas instituições democráticas. Nesse sentido, as manifestações se apresentam como um importante pilar da capacidade de absorção dos desejos e anseios políticos, econômicos e sociais de suas populações. Com base nesta crença, o trabalho procurará realizar uma análise de dois movimentos sociais de suma importância para suas sociedades: as manifestações iniciadas em outubro de 2019, no Chile, e o movimento dos coletes amarelos iniciados em novembro de 2018, na França. O intuito, no entanto, mais que explicá-los de uma forma sintética ou factual, será de utilizá-los como fios condutores de uma análise mais ampla, marcada pelo início de um intenso processo de globalização, de um constante desgaste de padrões econômicos neoliberais, e de uma ascendência da sociedade civil em assuntos políticos.

Acreditando que as sociedades se encontram em constante construção, se adotará uma abordagem teórica construtivista. Esta, como ensinam os professores João Pontes Nogueira e Nizar Messari, defende que o mundo é uma constante construção, desconstrução e reconstrução de fatos sociais promovidas pelos agentes desse mundo. Nada é predeterminado e imutável, sendo as ações somente limitadas a realidade de cada fato. Nessa linha teórica, os movimentos sociais ganham ainda mais sentido, por mostrar que o único fator que restringe os desejos dos manifestantes são suas próprias vontades - além, como dito anteriormente, das restrições que a própria realidade pode causar.

Essa corrente teórica, no entanto, pode causar uma dupla sensação de euforia e receio. Pois ao mesmo tempo em que pensamos ser possível a mudança de ideais próximos ao que consideramos benéfico ao bem-estar público, também é passível a mudanças ideológicas que consideramos distantes desse bem-estar. Além do mais, como uma sociedade possui diferentes agentes e grupos de interesse, dificilmente o caminho traçado será em linha reta e contínua.

2. METODOLOGIA

O trabalho se utilizou de uma pesquisa qualitativa exploratória de viés interpretativo. Com o fim de trazer uma análise de fundamentos e fatos precisos, foram utilizadas fontes periódicas, artigos e revistas científicas e leituras de acervo pessoal. Dados fáticos e empíricos trazidos por documentações que não sejam primárias estão devidamente referenciados nas próprias documentações.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os movimentos sociais são, indubitavelmente, um importante instrumento que a sociedade civil possui para atingir seus fins. Estes podem ir desde pautas

mais subjetivas, cuja motivação é, em realidade, um estopim de problemas estruturais que desencadearam em manifestações sociais, até ações mais concretas, cujo objetivo dos manifestantes apresenta um teor claro e tangível. Quanto a sua forma, Beatriz Pontes enfatiza a indispensabilidade de uma ideologia que deve estar presente nos movimentos. Afinal, sempre há, no mínimo, um desejo que explora o inconsciente coletivo de milhares de pessoas que decidem sair de suas casas por uma causa – seja ela material ou não. Dessa forma, a autora destaca cinco modelos de movimentos sociais: de classe, político, reivindicatório, rural e não-governamental. Este último, vale informar, são aqueles movidos por organizações não-governamentais, cujo fim depende da pretensão de cada uma. É importante ressaltar que, por sua característica heterogênea e difusa, dificilmente os movimentos sociais têm um fim pré-estabelecido, ou que pertençam a um grupo único que busca somente suas reivindicações.

Apesar de sua importância histórica, foi a partir dos anos 1970 que começaram a ganhar o ritmo e a forma que conhecemos. Seja de classe, como nos movimentos de libertação nacional, seja político como nas resistências de ditaduras, seja reivindicatório, como nos movimentos estudantis de maio de 1968, ou seja não-governamental, como no ambientalismo da GreenPeace, várias foram as motivações que levaram as sociedades a expressarem suas insatisfações. Às vezes, como nos movimentos de libertação nacional, era mais fácil comover a sociedade na luta política de classe, não porque ela era uniforme e homogênea, mas porque tinha um objetivo muito claro capaz de unir a todos os cidadãos. Outras vezes, como em maio de 1968, o movimento e seus objetivos se tornam tão amplo e difusos que pouco se sabe sobre quem começou, quais são suas reivindicações, quem está participando, etc. Os movimentos em outubro de 2019, no Chile se enquadram mais propriamente nesse primeiro caso, enquanto os coletes amarelos no segundo - com a diferença de que hoje, por conta da globalização (e o acesso as redes sociais), as manifestações se tornam muito mais dinâmicas.

Além do mais, vale ressaltar que tudo isso encontra um respaldo ainda mais forte num contexto global pós-guerra fria. O liberalismo (e sua associação com o individualismo e a liberdade do indivíduo) fortalecem os movimentos sociais, pois supervalorizam as demandas dos manifestantes. Os protestos pela autonomia das ex-repúblicas soviéticas, ou pela redemocratização dos países latinos são provas disso. Ainda recentemente, podemos dizer que fatores desencadeadores, como a crise de 2008, intensificam e legitimam ainda mais o que foi exposto. Occupy Wall Street, os Indignados na Espanha, Primavera Árabe e Black Lives Matter evidenciam a amplitude dos movimentos civis.

Outro importante aspecto que é fundamental para a compreensão da análise é o confronto do keynesianismo do pós Segunda Guerra e o neoliberalismo dos anos 1970. Suas diferenças ultrapassariam o simples debate econômico e acadêmico, pois cada uma refletia uma visão própria da sociedade humana, e portanto, uma visão própria de si mesmo, tornando inconciliável um debate entre esses dois grupos. Os keynesianos se incomodavam com o egoísmo e o individualismo exposto dos neoliberais, e estes, por sua vez, ressentiam, ou até incompreendiam, os valores coletivistas e igualitários dos keynesianos (HOBBSAWN, 1995).

Para estes países em particular, Chile e França, esse debate se torna ainda mais interessante, pois, enquanto os chilenos se tornaram a primeira sociedade a adotar o regime econômico/político do neoliberalismo, a partir da ditadura de Augusto Pinochet, em 1973; os franceses, desde os anos 1970,

mantém vivo esse conflito graças a uma forte resistência do ainda poderoso Partido Socialista, que apesar de seu contínuo enfraquecimento e desmembramento interno, continua como uma poderosa resistência ao neoliberalismo.

A ditadura de Pinochet acabou, oficialmente, em 1990. Mas seu modelo enalteceu a desigualdade social e deixou diversas cicatrizes às gerações futuras. Sylvia Colombo descreve que o desemprego, por exemplo, antes do golpe tinha caído de 8,3% para 4,9%. Logo depois, em 1975 foi para 18%. Um dado recente, segundo um relatório de outubro de 2020, da OCDE, indica que, no Chile, os 20% da população mais rica ganham até 10,3 vezes mais do que os 20% mais pobre, carregando o título de país mais desigual dessa organização (COLOMBO, 2021). Outros dados poderiam ser levantados, mas só comprovariam o que já está subentendido: o “modelo chileno”, com suas privatizações e seu tratamento desigual se tornou um ponto em comum de luta entre os manifestantes, especialmente aqueles que se viram diretamente prejudicados, como os estudantes e os desempregados. Não à toa que desde 2006 ocorreram mais de seis manifestações nacionais. No entanto, somente em outubro de 2019 (com o pretexto de um aumento de 30 pesos na tarifa do metrô) que os mais variados grupos de interesse conseguiram se unir por um mesmo objetivo: derrubar o que se considerava o último legado material de Pinochet, a viciada Carta Constitucional de 1981.

A França, por sua vez, passou por um processo um tanto quanto distinto, embora no mesmo quadro global. A força do Partido Socialista se viu presente na eleição do polêmico ex-Presidente François Mitterrand (1981-1995). Apesar de, inicialmente, se ver inclinado com uma política keynesiana e socialista, não tardou para adotar uma postura mais centrista e ligada aos interesses neoliberais. Sua mudança de postura a partir de seu segundo mandato se explica nas necessidades de um maior controle fiscal para o processo de integração europeia, e da própria mudança do eleitorado francês que, seguindo um padrão global, se voltavam a valores mais direitistas (PRICE, 2016). Em 1995, Jacques Chirac (1995-2002) foi eleito presidente, e sob o comando de seu primeiro-ministro, Alain Juppé, tentaram imediatamente implantar uma série de cortes fiscais, privatizações, reformas administrativas e flexibilizações trabalhistas. Essa política, que ficou conhecida como Plano Juppé, levou os franceses as maiores greves e protestos desde 1968. A partir de então, inúmeros foram os casos de ministros tentando aplicar políticas neoliberais que foram duramente refutadas pelos manifestantes. Em 2018, após sucessivos aumentos do imposto do diesel e da gasolina (cerca de 23% ao primeiro e 15% ao segundo no prazo de um ano) mais uma manifestação foi levada a cabo – o movimento dos coletes amarelos.

4. CONCLUSÕES

É interessante notar como se deu a resolução (se é que chegamos a uma) dos dois movimentos citados. No Chile, após mais de 15 anos sob a ditadura de Pinochet, sentindo diariamente os efeitos nefastos de uma série de políticas de maior benefício a grandes empresas e ao empresariado, resultou em sucessivas crises e protestos até culminar em 2019. Já na França, os coletes amarelos são um dos contínuos protestos contra uma política neoliberal que não consegue atingir sua totalidade neste país. Portanto, apesar da amplitude dos movimentos e de seus objetivos em comum, vemos que cada país é flexível ao seu passado histórico, a sua estrutura social e a sua realidade interna.

Quanto ao movimento em si, no Chile começou como uma manifestação de estudantes que se juntaram em protesto ao aumento das passagens de metrô, e logo se tornou um movimento amplo e diverso tendo, no sexto dia, levado as ruas mais de 1 milhão de chilenos, segundo dados do G1. Dentre as diversas bandeiras e ideologias presentes, pudemos ver a intensa presença de grupos indígenas – especialmente de etnia mapuche –, dos estudantes e das feministas. O vasto leque de demandas exigia mais do que uma simples volta à vida anterior aos protestos. Exigia uma reforma estrutural, algo que representasse uma nova cultura, um novo olhar do mundo aos chilenos, e um novo olhar dos chilenos para si. A “pacificação” do movimento a partir do anúncio de uma Nova Constituinte é expressiva, como se tentassem reconstruir, materialmente, os valores de sua sociedade.

Na França, a resistência contra as medidas neoliberais se mantém intensa, como comprovam os mais de 300 mil coletes amarelos presentes na primeira semana de manifestação, segundo dados trazidos por Beatriz Pontes. Como foi visto anteriormente, não é de 2018 que os franceses questionam seus governantes elitistas. Estes, formados em prestigiosas universidades com um círculo de poder altamente restrito, são pressionados a manterem certas garantias e qualidade de vida à sua população. A força do Partido Socialista é uma prova dessa determinação. Ao final dos protestos, os coletes amarelos conseguiram importantes benefícios aos aposentados e aos trabalhadores, mas não lograram, por exemplo, o Referendo de Iniciativa Cidadã.

Entender a importância desses movimentos sociais, mais que um exercício acadêmico, é entender as complexidades que assolam as sociedades. Dessa forma, embora seja impossível prever os fins de determinados fatos (como as manifestações), se torna possível vê-los sob uma ótica realista, e apontar as saídas e soluções plausíveis para cada fato. Além do mais, os movimentos nos convidam a avaliar novas formas de pensar a política e a economia, com a saturação de modelos obsoletos que parecem não mais atender determinadas populações. Acreditamos, portanto, que Chile e França tenham elucidado bem tanto essa formação de uma nova sociedade civil, quanto esse desgaste de antigas doutrinas políticas/econômicas.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ROGER, P. **Historia de Francia**. Madrid: Akal, 2016. 3v.;
HOBSBAWN, E. **Era dos Extremos: O breve século XX (1914-1991)**. São Paulo: Schwarcz S.A., 2019. 2v;
NOGUEIRA, J.P.; MESSARI N. **Teoria das Relações Internacionais: Correntes e Debates**. São Paulo: Atlas, 2020. Cap.6, p. 163-187;
COLOMBO, S. **O Ano da Cólera: Protestos, Tensão e Pandemia em 5 países da América Latina**. Rio de Janeiro: Rocco, 2021. Cap.1, p. 29-68;
ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SANDER, E.; GENTILLI, P. **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. P. 9-23;
PONTE, B.M.S. França: Movimento Social dos “Coletes Amarelos”. **Revista Movimentos Sociais e Dinâmicas Especiais**. Recife, V.8, N.1, p. 5-33, 2019;
Entenda a onda de protestos no Chile. G1.Globo, São Paulo, 20 out. 2019. Acessado em 4 ago. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2019/10/20/entenda-a-onda-de-protestos-no-chile.html>